

Bacias hidrográficas Arrecadação gira em torno de R\$ 80 milhões/ano

Cobrança por uso da água avança de forma lenta

Paulo Fortuna

Para o **Valor**, de São Paulo

A cobrança pela utilização da água para o abastecimento e uso nos setores produtivos foi autorizada há 13 anos, com a aprovação da chamada Lei das Águas, mas a universalização das tarifas nas bacias hidrográficas do país ainda está distante. Até hoje, em rios de domínio da União, apenas as bacias do rio Paraíba do Sul e dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ) na região Sudeste, estabeleceram uma cobrança sistemática. A bacia do São Francisco começou a cobrar dos usuários em julho último e a bacia do rio Doce deve implantar as tarifas em 2011. Atualmente existem 140 comitês de bacias hidrográficas em todo o país e 27 conselhos estaduais e do Distrito Federal.

Com relação aos rios de domínio estadual, a cobrança no Rio começou em 2004 e já foi implementada em todas as bacias do Estado. Em São Paulo, as bacias dos rios Paraíba do Sul e PCJ, que pertencem ao Estado, implantaram as tarifas em 2007, com base em mecanismos e valores semelhantes àqueles praticados nos rios de domínio da União. Em Minas Gerais, a cobrança foi iniciada em 2010 nas bacias dos rios Velhas, Araguari e Piracicaba/Jaguari, também seguindo os mecanismos definidos para os rios de domínio da União nessas bacias. A cobrança feita pela União engloba os rios e outros cursos d'água que englobam mais de um Estado da federação. Quando a área

fica somente dentro de um Estado, a tarifa é estadual.

O pagamento pela utilização da água bruta nesses casos é feito por usuários que geram algum tipo de atividade econômica, como por exemplo, os irrigantes, o setor elétrico, as indústrias, empreendimentos de turismo e companhias de saneamento que usam ou retiram água de uma determinada bacia. Mas é isento de cobrança quem realiza captações de água que não ultrapassa cinco metros cúbicos por dia.

Apenas na área da União, o valor arrecadado hoje fica em torno de R\$ 80 milhões por ano, mas poderia chegar a R\$ 500 milhões se fosse exigido pagamento em todas as bacias de domínio nacional, calcula o presidente da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso da Água do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), Rodrigo Speziali.

De acordo com Speziali, a cobrança de tarifas com base na Lei das Águas avançou no Sudeste porque há mais "conflito de uso", ou seja, a demanda é elevada principalmente por conta do Produto Interno Bruto (PIB) mais elevado, com grande concentração de indústrias próximas às bacias.

O gerente de cobrança da Agência Nacional das Águas (ANA), Patrick Thomas, lembra que a decisão da cobrança, conforme determina a legislação, é de responsabilidade das próprias bacias. Segundo ele, nem todas as bacias já se organizaram para estabelecer as tarifas e, em muitos casos, a cobrança pode nem ser uma prioridade. "Na região amazônica, por



Patrick Thomas, gerente de cobrança da ANA, defende tarifas maiores

exemplo, não faria muito sentido estabelecer uma cobrança agora", exemplifica.

Thomas defendeu uma mudança nos valores das tarifas atuais estabelecidas pelas bacias, que ele considera baixas. Para ele, tarifas mais elevadas não somente aumentariam a capacidade de investimento das próprias bacias, mas também ajudariam a disciplinar o uso da água. "Muitos usuários possuem outorgas de uso de água acima do que seria necessário. Com tarifas mais elevadas, com certeza o uso seria racionalizado, com ganhos para todo o sistema da bacia", diz o gerente.

A racionalização do uso da água foi justamente o principal resultado da cobrança de tarifas nas ba-

cias PCJ, destaca o coordenador geral da Agência de Água PCJ/Consórcio PCJ, Francisco Castro Lahóz. A tarifa começou a ser cobrada em 2006 — foi a segunda do país, após a Paraíba do Sul, de 2003 — e diversos usuários, afirma Lahóz, começaram então a investir na melhoria da gestão do uso da água, inclusive com estações de tratamento de esgoto. Segundo o coordenador, antes de ser implantada, a cobrança foi discutida com os usuários e, inicialmente, abrangia somente 60% da tarifa — passou a 100% há dois anos. "Optamos por implantar a cobrança de forma paulatina, para que os usuários se acostumassem com a tarifa e se conscientizassem da importância do uso racional da água", afirma ele.